

A referenciação textual numa abordagem cognitiva

Claudia de Souza Teixeira
IFRJ – Campus Nilópolis

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos cognitivos da referenciação. Baseando-se em conceitos da Semântica Cognitiva, tentar-se-á mostrar como os itens lexicais nominais podem ativar conexões cognitivas diversas, mesmo quando associados a um mesmo referente textual.

Palavras-chave: Referência; Semântica; Cognição.

Abstract: This work aims at analyzing the cognitive aspects of reference. Based on some Cognitive Semantics concepts, it will try to show how nominal lexical items may active different cognitive connections, even when they are associated to the same textual referent.

Key words: Reference ; Semantics; Cognition.

1. Introdução

Através da referência, o discurso constrói os “objetos” a que faz remissão, ou seja, os referentes não são “coisas” do mundo real, mas representações cognitivas partilhadas pelos interlocutores. Referir não é um processo de “etiquetar” o mundo, mas uma atividade em que os referentes passam a ser “objetos do discurso”.

O fenômeno da referenciação tem sido estudado pela Linguística Textual considerando-se apenas seu papel de manutenção da coesão textual. Entretanto, esse fenômeno envolve processos cognitivos que, se analisados mais detalhadamente, contribuirão, de forma mais efetiva, para a compreensão dos mecanismos de significação dos textos.

O objetivo deste trabalho é voltar-se para os aspectos cognitivos da referenciação. Partindo-se de conceitos da Semântica Cognitiva, tentar-se-á mostrar como os itens lexicais nominais podem ativar conexões cognitivas diversas, mesmo quando associados a um mesmo referente.

2. Aspectos cognitivos da significação

2.1. Modelos Cognitivos Idealizados e teoria dos espaços mentais

A descoberta de que conexões cognitivas têm um papel fundamental na organização do discurso tem trazido uma grande contribuição para os estudos semânticos. A teoria dos espaços mentais, proposta por Fauconnier¹ (citado em FERRARI, 1998, p.229), forneceu um modelo global para o estudo da interação entre conexões cognitivas e linguagem.

Almeida esclarece que, na semântica cognitiva, a “linguagem é percebida como ativadora de estruturas mentais abstratas, pré-existentes, provenientes de experiências perceptuais e culturais. A essas estruturas mentais Lakoff denominou Modelos Cognitivos Idealizados (MCI).” (ALMEIDA, 1998, p. 254).

A significação não estaria aberta a qualquer possibilidade, mas dependeria do constrangimento imposto pela escolha do significante e da operação de estratégias comunicativas seletivas que elegem, num contexto interativo determinado, qual a interpretação mais relevante. As pistas linguísticas do texto desencadeariam processos de inferência conceptual, pragmática e figurativa, que gerariam as representações evocáveis. As formas linguísticas seriam, pois, instrumentais no processo de significação. Salomão esclarece essa questão, citando Fauconnier:

(...) linguagem não realiza por si a construção cognitiva - ela oferece as pistas “mínimas” mas suficientes para localizar os conhecimentos e princípios apropriados a operar em uma dada situação. Uma vez que estas pistas se combinam em alguma configuração existente, desencadeiam-se os princípios cognitivos disponíveis assim como o enquadramento dos conhecimentos pré-linguísticos, de tal modo que a representação resultante excede em muito a informação explícita [...]. (SALOMÃO, 1998, p.264)

As formas linguísticas suscitariam estruturas de conhecimentos pré-linguísticos. Como afirma Miranda: “[...] as formas linguísticas (ou outros sinais) desencadeariam processos cognitivos que deflagram os sentidos que, por sua vez, só se legitimam dentro de uma moldura comunicativa determinativa da significação relevante.” (MIRANDA, 2000, p.34).

As pistas contextualizadoras para a construção do significado podem ser adequadamente reconhecidas pelos interlocutores, pois são escolhidas a partir de

conhecimentos partilhados, adquiridos através da interação. Elas são específicas de cada cultura e implicam processos sociocognitivos complexos em sua produção e significação. Nesse sentido, o discurso é entendido como uma atividade conjunta, e a construção do significado como um processo de caráter partilhado.

Na teoria sociocognitiva de análise linguística, a teoria dos espaços mentais constitui um modelo analítico que integra informações oriundas do nível semântico, considerações sobre o processo cognitivo e a descrição das estruturas gramaticais. O arcabouço formal à disposição permite que se explique como os discursos são processados na mente e projetados na linguagem e, atendendo à sua função comunicativa, reconstituídos e compreendidos pelos usuários da língua.

De acordo com Almeida, a teoria dos espaços mentais (EM) é:

[...] uma teoria sobre processos referenciais que se estruturam a partir de MCI, permitindo a análise e a descrição do processo de significação em linguagem natural, inclusive daqueles figurativos. Espaços mentais são ligações entre formas linguísticas e o universo de mundos mentais possíveis que surgem a partir de processos cognitivos de experiências e crenças. (ALMEIDA, 1998, p.254).

A teoria dos espaços mentais pode ser útil para explicar questões linguísticas complexas, como ambiguidades, pressuposições e a troca de espaços de referenciação na construção de textos. As pesquisas sobre espaços mentais procuram encontrar respostas à questão da constituição da significação na forma de um modelo mais detalhado da construção do significado. A análise dos diferentes espaços de referenciação que emergem nos textos deverá contribuir para a compreensão da natureza e da trajetória da organização discursiva, assim como permitir que se detecte o esquema genérico de compreensão dos gêneros discursivos.

2.2. A construção da significação textual

Um texto falado ou escrito sempre põe em andamento espaços cognitivos. Portanto, todo texto deve ser entendido como uma rede de espaços mentais que seriam estabelecidos para que pudessem operar funções pragmáticas. Isso significa que a produção de sentidos vincular-se-ia às condições comunicativas da enunciação, e caberia aos itens lexicais suscitar Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) particulares,

que, por sua vez, proporcionariam a criação de espaços mentais responsáveis, por exemplo, pelos processos de referenciação.

A produção e a compreensão textuais envolvem a construção de domínios cognitivos hierarquicamente organizados e interligados. Segundo Marcuschi, “[...] produzir um texto é oferecer espaços sociocognitivos mediante processos de enunciação seletivos e enquadres (frames) que geram inferências (novos espaços mentais) mediante integração de conhecimentos (blending).” (MARCUSCHI, 1999, p.6).

No processo de interpretação de enunciados de um texto, semântica e cognição devem estar interligadas. Para compreensão das informações textuais, fazem-se necessários conhecimentos de como os seres humanos diferenciam e/ou associam experiências e informações sobre os mundos real e imaginário instaurados pela linguagem.

As formas linguísticas adquirem significações pelas correlações que se realizam entre os espaços mentais. Essas formas não “contêm” significados, mas estes são instaurados a partir delas. Interpretar é perceber a que espaço de referenciação as formas linguísticas estão ligadas e, para cada uma delas, agregar o acervo de experiências que lhe dá sustento.

Quando ocorrem mal-entendidos, é porque, provavelmente, os interlocutores efetuaram conexões distintas, pois as interpretações adequadas dependem dos espaços mentais aos quais estão correlacionadas. Em todo texto, há uma complexa e dinâmica rede de espaços mentais construída e conectada por elos que as introduzem. A interpretação dos textos será, então, realizada através de pistas em diferentes níveis linguísticos e domínios cognitivos. A interpretação não é, pois, simples decodificação, mas um processo em que os interlocutores constroem e desconstroem espaços mentais em que as formas linguísticas assumem significados.

3. Referenciação textual

3.1. Referência

Tradicionalmente, em termos de progressão textual, a referência tem sido vista como uma relação entre elementos textuais. No entanto, essa visão tem sido ampliada de tal forma que passou a ser entendida como uma relação estabelecida também entre

um elemento do texto e uma entidade evocada pelo contexto ou inferida a partir de informações textuais.

Görski (1985, p.21-30) mostra que a referência pode dar-se de diferentes maneiras, a saber:

a) relacionando um elemento do texto e uma entidade do discurso já representada no texto por um SN, ou seja, haveria um antecedente linguístico explícito (processo conhecido como referência/anáfora direta).

Ex: Pelé reclamou do governo. O presidente não gostou das palavras do **ex-jogador**.²

b) O SN poderia apontar diretamente para o objeto no contexto situacional físico, sem que remeta a um elemento anterior ao texto (processo denominado normalmente como catáfora).

Ex: Depois da doença, a **ferinha** ficou mais mansa. (O locutor aponta para uma gata, qualificada na frase como “ferinha”).

c) Relacionando um elemento do texto e uma entidade do discurso não representada no texto, devendo ser inferida (anáfora indireta, segundo MARCUSCHI, 2005, p.53).

Ex: O apartamento que comprei é bem espaçoso. Só **a sala** tem 7 metros. (“sala” → “apartamento”).

De acordo com Görski (op. cit.), na referência direta, a entidade representada pelo antecedente e pela anáfora é a mesma. Por outro lado, não se pode afirmar que a referenciação seja apenas uma substituição do termo antecedente; pois, como afirma Marcuschi, “[...] é bom lembrar que, no contexto do discurso, todos os referentes são evolutivos, pois mesmo nos casos em que se repete algo na trajetória da memória discursiva, sempre haverá uma mudança, ou seja, os referentes modificam-se.” (MARCUSCHI, 2000a, p.83) Não há, pois, uma retomada linear, mas uma reconstrução discursiva dos referentes. Essa reconstrução ou re-elaboração obedeceria a restrições impostas pelas condições culturais, sociais e históricas de processamento.

3.2. Estratégias de referenciação

Grosso modo, a progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais (MARCUSCHI, 2000a, p. 80). Ela se daria com base em uma complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento, estabelecida centralmente no discurso. Mais do que um fenômeno discursivo, é uma atividade que envolve intensamente processos cognitivos.

É importante ainda frisar que a referência deve ser entendida não apenas como a retomada de antecedentes textuais ou a remissão a elementos contextuais, mas como uma relação entre informações textuais e entidades inferidas mediante processos de associação. Essa é uma visão mais ampla do fenômeno, que deve ser adotada na análise de textos, tendo em vista a realidade observada nos discursos orais e escritos.

Koch (2001, p.81-85), ampliando a análise de Koch e Marcuschi (1998, p.169-190), distingue as seguintes estratégias de referenciação textual através de itens lexicais:

a) estratégia da descrição definida (uso de expressões nominais definidas): opera-se uma seleção de propriedades do referente, sejam elas reais, (con)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor. Essa estratégia acarretaria uma recategorização lexical, que poderia implicar uma *rotulação* ou *avaliação*.

A *rotulação* consiste na recategorização do referente por meio de predicções atributivas, ocorrendo uma escolha dentre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar esse referente. Essa escolha poderá ser diferente em cada contexto, atendendo aos propósitos do produtor do texto. Ele pode querer dar a conhecer ao ouvinte/leitor informações sobre o referente que julga serem desconhecidas, ou ativar conhecimentos partilhados entre os interlocutores, ressaltando ou enfatizando determinadas características do referente.

Ex: Ignácio propôs à Vanessa que ela comprasse a fazenda e que os dois fossem sócios. **A fazendeira** aceitou a proposta **do ex-empregado**.

Na *avaliação*, a descrição definida sumariza a informação anterior e/ou opera uma recategorização do referente, imprimindo-lhe uma determinada carga argumentativa. Nessa (re)avaliação, o locutor pode utilizar apenas o nome-núcleo ou fazê-lo acompanhar de modificadores avaliativos ou atitudinais.

Ex: Durante o julgamento, o advogado pediu ao júri que considerasse o fato de Carlos não ter agido premeditadamente. Mas **o apelo (emocional)** não livrou o rapaz da cadeia.

b) Estratégia de nominalização: através das nominalizações, faz-se uma sumarização da informação precedente, utilizando núcleos nominais (substantivos) deverbais ou substantivos-predicativos, como:

- nomes abstratos de ação

Ex: Há muito tempo se discute, no Brasil, a descriminalização do uso de drogas. No entanto, a **discussão** não pode se resumir apenas ao aspecto jurídico.

- Nomes genéricos, como **coisa, fato, acontecimento, cena, evento**, etc.
- Expressões reformuladoras de caráter metalinguístico ou metadiscursivo: nomes “ilocucionários”(**ordem, promessa, conselho asserção, advertência**, etc.), de atividades com a linguagem (**descrição, explicação, história, resumo, definição**, etc.), de processos mentais (**análise, crença, hipótese, conceito**, etc.) ou nomes metalinguísticos em sentido próprio (**frase, palavra, termo, pergunta**, etc.).

c) Estratégia de associação (uso de anáforas nominais associativas ou indiretas): são utilizadas expressões definidas anafóricas, sem referente explícito no texto, mas inferível a partir de elementos nele explícitos. Maingueneau (1999, p.204) afirma que a anáfora associativa (considerada por ele como um caso de anáfora “infiel”) envolve estreitamente as competências lexical e “enciclopédica”. Segundo Koch:

As anáforas indiretas, [...], caracterizam-se pelo fato de não existir no cotexto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação (por vezes uma estrutura complexa), que se pode denominar âncora [...] e que é decisivo para a interpretação; ou seja, trata-se de formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais que mobilizam conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores. (KOCH, 2001, p.82)

Marcuschi afirma que a anáfora indireta é responsável por cerca de 60% das estratégias de referenciação textual (MARCUSCHI, 2000b, p.11). Ele mostra que a compreensão desse tipo de anáfora decorre de inferências, construídas nos espaços mentais, que são baseadas em Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) e ancoradas no

mundo textual. Entre seus exemplos, extraídos de textos produzidos por alunos do Ensino Fundamental, podem ser destacados dois:

Ex. 1: “Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias. [...]. Quando amanheceu eles foram ver como estava **o barco**, para ir embora e perceberam que o homem não estava lá.” (sic)

Segundo Marcuschi, a compreensão do termo “o barco” , sem maiores problemas, decorre do fato de o leitor associar “ir a uma ilha” com o termo em questão. Sendo assim:

“ir a uma ilha” → “viajar de **barco** pelo mar”

Ex. 2: “[...] só que esse pessoal, quando chegou no condomínio procuraram logo o apartamento 12, mas esqueceram de falar o bloco que pertencia, sendo assim **o porteiro** mandou eles para o primeiro bloco.” (sic)

Nesse exemplo, explica Marcuschi, “porteiro” entra no enquadre (entendido como o recorte que coloca em foco determinadas porções do significado da situação referenciada, subfocalizando umas ou deslocando outras inferíveis pela cena) de condomínio, ou de prédio em geral. A inferência dar-se-ia, então, apenas mediante um Modelo Cognitivo Idealizado.

É importante observar que esse tipo de anáfora é mais comum na linguagem oral e em textos cujos autores ainda não dominam plenamente as exigências da produção escrita, pois esta, tradicionalmente, limita a referência à relação entre elementos do texto.

d) Estratégia de uso de expressões nominais indefinidas (com função anafórica, e não para introduzir um novo referente):

Ex: À noite, o animal procurava algo para comer. No dia seguinte, podia-se ver **um rastro de sangue** na floresta.

e) Estratégia de “denominação reportada”: baseando-se em Apothéloz e Reichler-Béguelin³, Koch afirma que, através do uso dessa estratégia, “apresentam-se as palavras, atitudes ou ponto de vista de outrem, mas o termo escolhido é, por algum motivo, ‘colocado à distância’, por exemplo, entre aspas [...].” (KOCH, 1999, p.75)

Ex: O psicólogo disse na televisão que a escola está cada vez mais chata. Para ele, esse “efeito chatice” é provocado pela falta de atualização das instituições de ensino.

As formas referenciais desempenham funções cognitivas de extrema relevância para o processamento textual, pois, como formas de remissão a elementos anteriormente apresentados no texto, sugeridos pelo contexto ou inferidos, elas possibilitam a sua (re)ativação na memória do interlocutor, ou seja, a alocação ou focalização na memória ativa (ou operacional) deste. Em outros termos, elas são capazes de gerar espaços mentais que conduzem a atividades cognitivas, exigindo mais do que apenas uma busca de correspondência entre elementos do discurso.

4. Análise de texto

O texto escrito, de um modo geral, prima pela lexicalização, apresentando variedade no uso dos itens referenciais. A retomada explícita de antecedentes por meio de diferentes SN (substantivos e pronomes) é facilmente observada no fragmento do texto “Segredos de uma voz e um violão”, publicado no Jornal do Brasil de 10/06/01 (Anexo). A principal estratégia de referenciação desse texto é a da descrição definida (foi utilizada, em menor número, a pronominalização: “ele”, “lhe”, “seu”, etc.). São empregadas 12 expressões referenciais para designar o objeto-do-discurso “João Gilberto”, a saber:

“João Gilberto personagem”;

“João Gilberto músico”;

“o violonista e o cantor”;

“o cantor e o violonista”;

“o cantor”;

“o violonista”;

“o violonista dos Garotos da Lua”;

“o cantor do grupo vocal [Garotos da Lua]”;

“o crooner de sambas dos anos 50”;

“o cantor que vai entrar em cena”;

“o intimista João Gilberto”
“o novo João Gilberto”;
“o intérprete de Bim bom”.

O texto, a princípio, evocaria na mente do leitor um MCI de música, a partir da menção a “cantor” e “violonista”. João Gilberto poderia entrar no enquadre de música ou, de maneira mais específica, no de Bossa Nova.

É claro o fato de que, a cada referência, um novo espaço mental é aberto, permitindo a construção da significação textual. Cada item lexical leva à ativação ou construção de um conhecimento diferente no decorrer do discurso, visto que são associadas informações textuais novas a cada passagem. Dessa forma, pode-se dizer que, mesmo quando o termo é repetido, há uma nova referência, já que, na realidade, nesse caso, também diferentes espaços mentais são abertos.

O texto objetiva mostrar o percurso artístico do cantor e violonista João Gilberto, associando-o à vida da personagem João Gilberto. O autor, levando o leitor a situar-se em diferentes espaços de tempo e utilizando variadas formas referenciais, faz com que esse leitor seja conduzido a espaços mentais diferentes. As informações são fracionadas (“fatiadas”) pelo leitor em segmentos conceptuais, sendo este levado pelas construções linguísticas, no decorrer da trajetória do texto, a interconectar domínios e acionar informações armazenadas na mente, informações estas adquiridas antes ou durante a leitura do texto. A construção da significação é, pois, um complexo processo que interliga os níveis cognitivo, discursivo e gramatical. A leitura do texto pode, além de ativar conhecimentos prévios, propiciar a internalização de novas informações, que poderão ser úteis para a compreensão de textos subsequentes.

Mesmo a ordem dos termos na sequência frasal constitui recurso de grande significação, uma vez que, no contexto, realça uma característica em detrimento de outra. (“cantor violonista” e “violonista cantor”).

Por fim, deve-se destacar que o autor do texto, em muitos momentos, utiliza “estrategicamente” os termos violonista e cantor (“cantor”, “violonista”, “cantor e violonista”, “violonista e cantor”), ora individualizando-os, ora unindo-os. Tal procedimento objetiva provavelmente particularizar os momentos em que cada atividade é vista em separado, contrapondo-os aos momentos em que, terminado o

processo de elaboração do “artista”, há integração entre as duas habilidades de João Gilberto.

5. Conclusão

O conhecimento linguístico é parte da cognição geral; portanto, não é possível estudar a linguagem sem considerar os aspectos cognitivos envolvidos na interação linguística. Para dar conta dos diferentes processos que envolvem a produção e compreensão de textos, é necessária a ativação, através das entidades linguísticas, de vários conhecimentos internalizados, construídos socialmente, associando-se os níveis cognitivo, pragmático, discursivo e gramatical.

As entidades linguísticas não possuem significados em si mesmas, mas adquirem-nos pelas correlações que se realizam entre os diferentes espaços mentais. Elas não contêm significados, mas estes são instaurados a partir delas. Interpretar um texto é perceber a que espaço de referência as formas linguísticas estão ligadas e, para cada uma delas, agregar o acervo de experiências que lhe dá sustento.

Na progressão textual, a referência, um dos recursos para manutenção da unidade do texto, realiza-se de maneira extremamente variada e dinâmica. Os referentes do discurso vão sendo submetidos a uma série de mudanças que podem ser efetuadas por estratégias de sequenciação muito diversas. Pode-se afirmar que, na referência, os itens lexicais têm a capacidade de gerar espaços mentais que, em rede, permitirão a estruturação e compreensão dos textos.

Notas

¹ FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

² Os exemplos não numerados foram produzidos pela autora do artigo.

³ APOTHÉLOZ, D. ; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: DE MULDER, W; VETTERS, C. (eds.). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 1997. p.159-186

7. Referências

ALMEIDA, M.L.L. Viver é uma forma de enferrujar: estudo de anguladores em semântica cognitiva. In: VALENTE, A . (Org). **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 253-260.

FERRARI, L.V. Estrutura conceptual: contraste entre construções condicionais finitas e não-finitas em português. In: VALENTE, A . (Org). **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.229-244.

GÖRSKI, E. M. **Condições de entrada e de continuidade do referente em narrativas orais**. 1985. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitiva e interacional. In: **Boletim da ABRALIN**, v. 26, número especial, 2001. p. 81-85.

_____. A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. In: BARROS, K. S. M. **Produção Textual: interação, processamento, variação**. Natal: Edufurn, 1999. p.69-80.

_____; MARCUSCHI, L.A.. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA**, São Paulo, vol.14, n. especial, p.169-190, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300012>. Acesso em: 18 jun. 2000.

MARCUSCHI, L.A. A Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCK, I. V , MORATO, E. M. e BENTES, A. C.(orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: GÄRTNER, E. ;HUNDT, C;SCHÖNBERGER, A . (Eds.). **Estudos de linguística textual do português**. Frankfurt am Main: TFM, 2000 (a). p. 79-108.

_____. O papel da linguística no ensino de línguas. 2000(b) Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Marcuschi_2000.pdf>. Acesso em 18 jun. 2010.

_____. Cognição e produção textual: processos de referenciação. In: II CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN. 1999, Florianópolis: **Anais...** UFSC, 1999. p. 1-17.

MAINGUENEAU, D. A coesão do texto: anáfora e catáfora. In: _____. **Análise de textos da comunicação**. São Paulo: Cortez, 1999. p.195-205.

MIRANDA, N.S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 2000. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

SALOMÃO, M.M.M. O papel da gramática na construção do sentido. In: VALENTE, A . (Org) **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 261-278.

ANEXO

“O *João Gilberto personagem* é muito interessante, misterioso também, mas perde longe para o *João Gilberto músico*. A vida reclusa, a misantropia, os estranhos passeios noturnos, o hábito de dirigir de olhos fechados, a psicose maníaco – depressiva, tudo isso são pontos de partida para os incríveis episódios (reais ou imaginários) que ele tem vivido nas últimas quatro décadas. Mas nenhum deles significa muito perto do que diz respeito ao *violonista e ao cantor*. Não para quem só está interessado em música.

Há quem pergunte se suas esquisitices não seriam pensadas, estudadas, espécie de papel vivido em tempo integral por um insólito ator. Não haveria traços de autopromoção por trás de tudo isso? É pouco provável. E há quem pergunte se sua arte também não seria estudada, *o cantor e o violonista* (e principalmente os dois integrados, formando um som só, harmonizados e indivisíveis) sendo o resultado de um longo e obsessivo processo de elaboração. Será? É aí que começa o mistério.

Nenhum de seus biógrafos – e já são três – conseguiu explicar até hoje como o *cantor* criou o seu estilo. Ou como o *violonista* inventou sua batida. Consta que um professor da Universidade Católica de Música da Bahia dedicou 27 anos de seus estudos à mão direita do *violonista*. Já conseguiu entendê-la, mas o *como* da história ainda não foi decifrado. Isto é, nem o professor, nem ninguém descobriu até hoje em que momento – e por quê – o violonista *dos Garotos da Lua* trocou as tais baixarias pelas síncopes que deram na bossa nova. E *o cantor*? As possíveis influências de Chet Baker e Mário Reis não bastam para explicar a química que transformou *o cantor do grupo vocal no intimista João Gilberto*. Se no crooner *de sambas dos anos 50* (“Amar é bom”, “Quando você recordar”, “Anjo cruel” e “Sem ela”) é nítida a admiração por Orlando Silva, não há nele o menor sinal *do cantor que vai entrar em cena*, quatro anos depois, com “Chega de saudade”. Entre um e outro deu-se espantosa transformação. A admiração por Orlando Silva só se faz notar no *novo João Gilberto* quando ele regrava “Aos pés da cruz”, “A primeira vez” e outros sambas do repertório do Cantor das

Multidões. Em nada mais *o intérprete de “Bim bom”* se parece com vozes anteriores. Nem mesmo com as de Mário, Chet ou outros intimistas. [...] .“

(MÁXIMO, J. Segredos de uma voz e um violão. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 10 jun. 2001.)